



Município de Silves

RELATÓRIO

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017

**FUNDAMENTAÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL
LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA**

(Lei 73/2013, de 3 de Setembro, alínea a) do art.º 46.º)

ÍNDICE

1 – Introdução	3
2 – Passivo	6
3 – Impacto do Processo Viga d'Ouro nas Finanças Públicas Locais	7
4 – Orçamento para 2017	8
5 – Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	9
6 – Grandes Opções do Plano (GOP)	10
7 – Clareza e transparência do Orçamento e das GOP	22
8 - Linhas de Orientação Estratégica /monitorização	23
9 – Nota Final	29

1. Introdução

O orçamento para 2017 contém um desafio deveras complexo para o Município de Silves, na justa medida em que é ambicioso e exigente do ponto de vista do avultado investimento programado, cuja parte preponderante se encontrará em fase de concurso/empreitada, em resultado do natural desenvolvimento dos intrincados e burocratizados processos de contratação quer na fase de projeto quer na fase da obra.

A conceção de orçamentos sustentados e credíveis enfrenta *à priori* a resolução da contradição económica omnipresente - recursos limitados versus necessidades sempre crescentes e ilimitadas. As necessidades nas diferentes áreas de intervenção autárquica são extensas e acima das reais capacidades, havendo, necessariamente, que tomar opções e prioridades, e acomodar o que verdadeiramente é exequível.

A experiência dos orçamentos camarários no corrente mandato autárquico comprova que a regra legal do cumprimento da execução da receita acima dos 85% do previsto, tem sido cabalmente cumprida (88% em 2014 e 93% em 2015), em simultâneo, com superiores taxas de execução do investimento, comparativamente aos anos anteriores, que espelha rigor e cautela nas projecções.

Parte substancial dos recursos do Município de Silves ainda são alocados na satisfação das necessidades básicas das populações (v.g. conservação, remodelação e extensão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, recolha dos resíduos sólidos urbanos, arruamentos, rede viária, arranjo e apetrechamento de escolas, renovação do parque de máquinas, viaturas e equipamentos).

Apesar de alguma abertura e do novo rumo nas políticas governamentais, em consequência dos acordos *à esquerda* que, não obstante, ainda se subordinam às diretrizes austeritárias de Bruxelas e dos credores, as autarquias confrontam-se com o contínuo incumprimento da Lei das Finanças Locais, os pagamentos anuais ao Fundo de Apoio Municipal, a insuficiência na transferência de verbas por parte da Administração Central relativamente aos contratos de delegação de competências (v.g. na educação), o volume dos encargos com a despesa fiscal, a ADSE e o SNS, que associados ao fraco

crescimento da economia, provocam dificuldades na capacidade de gerar receita municipal.

Num setor vital da vida dos municípios, i.e, nas áreas dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, que no caso de Silves, carecem de avultados investimentos no sentido da sua renovação, modernização, eficácia e eficiência, deparamo-nos com a intromissão abusiva da entidade reguladora do setor, a ERSAR, cujas exigências poderão inviabilizar a aprovação de candidaturas aos fundos comunitários no âmbito do programa temático nacional PO SEUR.

A manutenção das atuais condicionantes ao PO SEUR, beneficia efetivamente os municípios que se encontram num patamar mais desenvolvido, com os problemas de base já ultrapassados, condenando ao abandono os restantes que se confrontam com graves problemas de fundo nos sistemas de abastecimento de água, saneamento e resíduos, ampliando o fosso entre uns e outros, que não é decerto objetivo desejável. Acolhemos a esperança de que haverá mudanças nesta matéria com o governo atual.

O orçamento do Município de Silves para 2017 reflete forte dinâmica no aproveitamento de todas as oportunidades, decorrentes do novo quadro comunitário de apoio (Portugal 2020), circunstância que permitirá a potenciação dos recursos e do investimento, com tradução na concretização de projetos e obras, indispensáveis à satisfação das necessidades das populações e ao desenvolvimento sustentado do concelho.

No que concerne à contratação de pessoal, apesar de alguma margem de manobra, continuamos sujeitos a fortes restrições na contratação e obrigados ao cumprimento de limites na assunção da despesa, impedindo que a autarquia de forma autónoma possa compensar a *sangria* dos últimos anos, reforçando setores fortemente deficitários (pessoal operário, motoristas e manobreadores de máquinas, limpeza, espaços verdes, rede viária), que inclui também a necessidade de contratação de alguns quadros superiores em determinadas áreas vitais para o bom funcionamento do aparelho autárquico. Nestas condições, a capacidade de resposta do município às solicitações das

populações, bem como o nível de eficiência no desenvolvimento de projetos e obras, saem diminuídos.

Pela segunda vez no historial do município de Silves, recorremos à implementação do **modelo de orçamento participativo de natureza consultiva** que envolveu, designadamente, a participação da Assembleia Municipal Jovem, visitas aos Agrupamentos de Escolas, reuniões sectoriais (desporto, cultura, ação social, organizações juvenis) com as colectividades do concelho, duas rondas de assembleias participativas pelas freguesias do concelho e o lançamento de inquérito on-line e em suporte de papel. Foram realizadas reuniões de trabalho com as Juntas de Freguesia e as forças políticas com representação na Assembleia Municipal, recolhendo-se igualmente os contributos dos vários setores da autarquia. A segunda experiência de orçamento participativo, à semelhança da primeira, acarretou um razoável envolvimento dos munícipes e instituições. Na qualidade de processo dinâmico vaticinamos sempre melhores *performances* no futuro. Encaramos o orçamento participativo como fator de mobilização das populações e dos agentes locais, de fortalecimento da democracia participativa, de abertura e transparência da gestão municipal, que favorece a aproximação entre eleito/eleitor e a partilha de responsabilidades nas opções tomadas. Importa insistir e consolidar gradualmente o processo de consulta.

O orçamento para 2017 é marcado novamente, e desde o ano de 2014 que tal acontece, pela adoção de taxas mínimas em sede de cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis, pela aplicação do chamado IMI familiar, e pelo reforço e alargamento dos apoios sociais. As empresas continuam a não estar sujeitas a derrama municipal, bem como os consumidores não serão sobrecarregados com a taxa municipal de direitos de passagem das comunicações eletrónicas. Estas medidas enquadram-se no objetivo político do executivo permanente de aliviar a carga fiscal que impende sobre famílias e empresas, e apoiar quem mais precisa.

Os documentos previsionais refletem trajetória ascendente nas transferências e apoios ao mundo associativo (Corporações de Bombeiros, PAIAC, PAMAD, PAAJU), num processo de reforço gradual das verbas.

Perpassa pelos documentos previsionais a visão de que os problemas sociais e económicos do concelho, da região e do país, decorrem, essencial e decisivamente, das macropolíticas nacionais e europeias, conduzidas a nível central, sendo de todo ilusório e perigoso, pensar, que os mesmos possam ser resolvidos a nível local.

Sem aparelho produtivo representativo e investimento não há produção, nem emprego ou riqueza por distribuir. No sistema económico em que vivemos cabe às empresas (privadas) fazê-lo, em função do ciclo económico, dos níveis de confiança, das escolhas e avaliações individuais.

Na preservação das funções sociais do Estado (saúde, educação e segurança social) e das prerrogativas constitucionais nesta matéria, encontra-se boa parte do contributo para o combate às desigualdades e ao empobrecimento, e o reforço dos níveis de bem-estar das populações.

2. Passivo

O passivo é naturalmente um elemento condicionante da capacidade de investimento e realização da autarquia. É um constrangimento orçamental. Quanto maior o esforço de desendividamento, menor os recursos alocados a outras despesas.

O serviço da dívida (amortizações e juros) representa um pesado esforço financeiro no cômputo do orçamento camarário, ao longo do mandato autárquico (2014-2017).

Durante o período 2014-2017, o passivo financeiro passará de **18,042 milhões de euros** para **5,305 milhões**, ou seja, as dívidas à banca serão amortizadas e reduzidas no valor de **12,7 milhões de euros** (70% do seu valor inicial).

No orçamento para 2017, os compromissos com os empréstimos de médio e longo prazos (capital e juros) elevam-se a **1,8 milhões de euros**.

Registamos as **responsabilidades contingentes**, conforme se segue: **(i)** processos judiciais em curso – 178 647,08 euros; **(ii)** Arquinave 88 512,00 euros.

O total das responsabilidades contingentes ascende a **267 159,08 euros**.

3. Impacto do Processo Viga d'Ouro nas finanças públicas locais

Por muito que custe, e ao fim de vários anos, o processo Viga d'Ouro é, lamentavelmente, uma realidade incontornável, que afeta o dia-a-dia do Município de Silves, pelo impacto tremendo que as dívidas relacionadas com o mesmo, produzem na sua situação patrimonial e financeira.

O processo remonta a finais de 2004 e a dívida global totaliza 4,9 milhões de euros, acrescida de Juros de Mora na ordem dos 2,2 milhões de euros. Na sequência da negociação estabelecida com os bancos credores, logo no início do mandato autárquico, obtivemos um perdão de 70% nos Juros de Mora. Resultou, assim, que a dívida (capital + juros de mora) se fixou nos **5,5 milhões de euros**.

Faz-se notar que o Tribunal de Contas, através do seu relatório consolidado n.º 4/2016, de 16 de Junho de 2016, concluiu pela existência de graves irregularidades e ilegalidades cometidas por anteriores responsáveis autárquicos no âmbito processo Viga d'Ouro, que abrangeu o período **2005-2013**, as quais conduziram à recusa da homologação das contas de gerência de 2011 e 2012, e à indicição da responsabilidade financeira sancionatória e reintegratória dos anteriores Presidentes da Câmara Municipal de Silves, mediante o pagamento de multa a favor do Estado, a fixar entre € 2.550,00 e 18.360,00, e a reposição nos cofres do Município de Silves da quantia de € 668.823,97.

Segundo aquele douto Tribunal, as repercussões do caso “Viga D'Ouro, assentes em acções e omissões dos anteriores responsáveis autárquicos, afectam ainda a actual gestão financeira do Município de Silves, uma vez que deverão ser pagas dívidas de capital e juros de mora num valor superior a cinco milhões de euros, até Outubro de 2020.

Acresce que, a respeito do processo Viga D'Ouro, o Tribunal de Contas não apenas corroborou as conclusões da Auditoria Externa promovida pelo Município de Silves no

início do atual mandato autárquico, como ainda elogiou a conduta do actual executivo municipal permanente na resolução deste intrincado processo e na atenuação dos prejuízos causados por anteriores responsáveis autárquicos ao erário público municipal.

Para 2017, os compromissos financeiros relacionados com o processo Viga d'Ouro ascendem a **858 mil euros**.

4. Orçamento para 2017

A proposta de orçamento atinge os **38,9 milhões de euros**, i.e., um acréscimo de 2 milhões de euros, comparativamente a 2016, cujo orçamento se fixou nos 36,9 milhões de euros.

O aumento previsto deve-se, no fundamental, à incorporação do empréstimo bancário contraído para investimento, no valor a rondar os 4,4 milhões de euros, e à concentração/finalização dos grandes projetos e obras.

Um orçamento pela sua natureza, ao implicar previsões, necessariamente, deve acomodar algumas folgas, permitir margem de manobra e flexibilidade, proporcionar a gestão descomplicada dos dinheiros públicos, garantindo em simultâneo, eficiência no uso dos recursos e a salvaguarda da legalidade.

A bem da clareza, sublinha-se à semelhança dos anos anteriores, que a escassez de receita, leva a que uma parte das rubricas registe dotações manifestamente insuficientes, com curta margem de manobra, carecendo de alterações e reforços ao longo do exercício económico, procedimento que, como é sabido, não altera quer os totais da receita quer os totais da despesa previstas, com exceção das revisões.

O Executivo Permanente apresenta mais uma vez documentos previsionais rigorosos e responsáveis, não mascarando a realidade, mobilizando os recursos reais disponíveis, projetando outros, e alocando-os, de acordo com os objetivos das GOP e as linhas estratégicas delineadas para o mandato autárquico que integram o presente Relatório.

A metodologia intrínseca à conceção do atual orçamento, bem como o grau de execução orçamental durante o corrente mandato autárquico, são a garantia da exequibilidade e credibilidade das previsões para o ano vindouro.

5. Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O montante previsto no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) atinge **10,9 milhões de euros**, sendo que o seu valor efetivo é menor, porque incorpora as dívidas respeitantes ao processo Viga d'Ouro, Castelo de Silves e Fundo de Apoio Municipal num valor que ronda o **1 milhão de euros**.

Salientamos no PPI a parte preponderante das obras financiadas pelo empréstimo bancário: (Reabilitação dos Arruamentos da Urbanização SILGARMAR – Fases I e II, Abastecimento de Água ao Odelouca, Remodelação da Rede de Águas e Saneamento – Travessia Rodoviária, Reabilitação do Centro Histórico de Silves -- 3.ª fase, Beneficiação do Acesso Poente a S. B. de Messines, Sistema de Abastecimento de Água a S. B. de Messines, Requalificação do Parque Urbano Nascente de Armação de Pêra – 1.ª e 2.ª fases, Remodelação das Redes de Abastecimento de Água e Drenagem (Rua do Alentejo e Rua Dr. Manuel de Arriaga) – Armação de Pêra, Construção da Sede da JF de Armação de Pêra, Parque de Feiras e Mercados de Alcantarilha, Parque de Feiras e Mercados de S. B. de Messines (Árca de Serviço de Autocaravanas, Terminal Rodoviário e Espaço para Feiras e Outros Eventos), Pavimentação do Troço entre a JF e o JI do Algoz e Espaços Multiusos de S. Marcos da Serra).

Outros investimentos com significado: Reabilitação da estrada Algoz/Guia, Reabilitação da Estrada da Azilheira (1.ª fase), Construção do Polidesportivo de Tunes (2.ª fase), Reforço e Melhoria dos Sistemas de Deposição de RSU (para candidatura ao PO SEUR), Implementação do Sistema de Recolha Seletiva de Verdes (para candidatura ao PO SEUR), Plano Geral de Drenagem Pluvial e Projeto de Execução (Armação de Pêra), Construção de Muro de Vedação do Estádio Municipal de A. de Pêra, Construção de Skate Park em A. de Pêra, Aquisição de Viaturas para Recolha de RSU, Conservação e Reparação de Arruamentos e Caminhos Municipais, Parque Escolar do Concelho,

Remodelação e Extensão da Rede de Abastecimento de Água no concelho, Aquisição/Reparação de Equipamento Básico, Aquisição/Reparação de Material de Transporte, etc.

6. GOP

Explicitamos e fundamentamos neste capítulo os projetos integrados nos respetivos programas e objetivos das GOP/2017, aduzindo atividades e ações complementares desenvolvidas pela autarquia, que também se inserem em cada um dos respetivos objetivos e lhes dão maior conteúdo e consistência.

Objetivos Políticos das GOP

- Apoio à Economia Local e à Criação de Emprego

Destacamos como projetos mais importantes, designadamente, os seguintes: a promoção turística do concelho através de Guias, Mapas e Brochuras Turísticas, a sinalética turística e de orientação (cidade de Silves e outros aglomerados urbanos), **o lançamento do evento “Silves, capital da laranja”** (iniciativa importante que dará contributo positivo para a dinamização e promoção do setor dos citrinos e da agricultura, e o posicionamento da laranja como produto local de excelência), as atividades promocionais da economia local (participação qualificada na Bolsa de Turismo de Lisboa e outras), a execução de obras marcantes como o Parque de Feiras e Mercados de Alcantarilha, o Parque de Feiras e Mercados de S. B. de Messines, a elaboração de projetos técnicos relativos à Remodelação dos Mercados Municipais de Silves e S. B. de Messines.

Destacamos ainda o consórcio firmado entre a CMSilves, CMMonchique, ICNF, Águas do Algarve, Agência do Barlavento Algarvio e a Natura XXI (Grupo Pestana), estabelecido através de protocolo, em torno do Turismo da Natureza (candidatura comunitária), que visa promover o desenvolvimento das atividades económicas no interior serrano (projeto Nova Serra).

A construção dos parques de feiras e a remodelação dos mercados municipais contribuirão para a revitalização do tecido económico local e o desenvolvimento de negócios em condições mais favoráveis e competitivas, facilitando a atração de agentes económicos, novas atividades, inovação empresarial e aumento do emprego, para além do impacto positivo que terá também o lançamento de eventos de diversa índole naqueles espaços na esfera económica e social do município.

Valorizamos o papel do **Gabinete de Empreendedorismo Local**, que funciona como plataforma de transmissão de informação, consultoria e colaboração direta com os potenciais investidores do concelho no acesso a programas de candidaturas, e na facilitação da resolução de processos internos camarários que lhes estejam associados, sendo que toda esta ação é acompanhada com atenção especial por parte do Gabinete de Apoio à Presidência e pela própria Presidente da Câmara.

O protocolo celebrado com a **Associação “Rota dos Vinhos do Algarve”**, que tem assegurado o funcionamento do Quiosque localizado no Largo do Município, contribui para a valorização e dinamização dos vinhos de Silves e do Algarve, representando um estímulo à dinâmica empresarial do setor. A elaboração do projeto técnico de reabilitação da antiga casa do forno em Silves para casa-mãe dos vinhos e outros produtos autóctones vem reforçar também a dinâmica empresarial nestes segmentos da atividade económica.

Relevamos as ações do **Gabinete de Inserção Profissional (GIP)** da autarquia (algumas em parceria com o IEFP), no apoio ativo a desempregados, na realização de sessões coletivas de formação ou na divulgação de medidas de apoio às empresas.

O **novo Regulamento de Taxas e Licenças (com inclusão das taxas urbanísticas)**, **revisto em baixa**, está quase pronto, sendo seu propósito, estimular e incentivar segmentos da economia local, revitalizar zonas definidas e atrair investimento.

O objetivo político em apreço não se pode desligar dos outros objetivos inscritos nas GOP, que contribuem igualmente para o apoio à economia local e à criação de emprego, e promovem efetivamente o desenvolvimento socioeconómico do concelho. Todos os

objetivos das GOP têm de ser analisados de forma integrada, porque de uma forma ou outra, concorrem para o desenvolvimento local.

Em traços gerais, o Município de Silves dará um contributo significativo para a dinamização económica e social do concelho, através do seu PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e das Atividades Mais Relevantes. O investimento autárquico repercutir-se-á positivamente na vida económica local, pela via dos efeitos indiretos nas atividades produtivas, no consumo, no comércio, na hotelaria e restauração, na criação de emprego, etc.

O investimento público promovido pela autarquia no âmbito das infraestruturas básicas (água, saneamento, resíduos), arruamentos, rede viária, construção de equipamentos sociais, renovação urbana ou requalificação de espaços públicos, salvaguarda, defesa e valorização do património, intervenção nas áreas da educação, habitação, apoio social, desporto, cultura, apoio ao associativismo, imagem e comunicação do Município, limpeza e higiene pública, política fiscal, regime de taxas e licenças, planeamento e ordenamento do território, qualidade do serviço público prestado, **contribui** para o bem-estar das populações, reforça a atratividade e competitividade do meio, e por consequência cria condições favoráveis ao incremento do investimento privado, à manutenção e instalação de novos negócios, à preservação e aumento do emprego.

Com influência positiva na economia local, conta-se também a **realização de eventos** com a dimensão nacional da Feira Medieval de Silves, a Feira do Folar em S. Marcos da Serra, a Semana Gastronómica de S. B. Messines (organizada pela JF de Messines, com o apoio camarário), a Feira dos Frutos Secos, a Semana Gastronómica do Mar, a participação na Rota do Petisco, a atividade Sunset Secrets no Castelo de Silves, as rubricas Lado B e Cá se Faz (novo), que integram o rol de competências do Município de Silves, sendo iniciativas que projetam e valorizam o território, animam o meio, atraem visitantes e turistas, mobilizam a população e dinamizam a economia local.

O estímulo do investimento privado e do emprego nos concelhos e no país cabe sobretudo, e de forma decisiva, às macropolíticas do governo. Os municípios cumprem com as suas competências e até as ultrapassam, mas só por si não dispõem de meios –

que os governos têm vindo a reduzir - para resolver problemas de tal magnitude. É determinante que as políticas governamentais fomentem o investimento público e o crescimento económico (aproveitando os recursos nacionais, apoiando os setores produtivos, lançando a reindustrialização do país, estimulando a substituição das importações por produção nacional, promovendo a coesão social e territorial ...), em vez de recorrerem aos cortes drásticos no investimento, à austeridade e ao confisco fiscal, conduzindo o país à recessão que tudo esmaga à sua passagem, como aconteceu durante a vigência dos anteriores governos, sem que os objetivos que as determinaram fossem cumpridos. Apenas com políticas promotoras do investimento e do crescimento económico, da recuperação de rendimentos e do poder de compra, de dinamização dos mercados interno e externo, de apoio e relançamento das atividades produtivas, é possível propiciar o lançamento de novos negócios, a instalação de novas empresas e o aumento do emprego.

A quebra do investimento privado (e público), da atividade económica e do emprego nos últimos anos, é nacional. O desemprego real afeta largas centenas de milhares de pessoas, apesar também das várias centenas de milhares de portugueses (principalmente, jovens e qualificados) que abandonaram o país nos últimos anos. A taxa de desemprego no Algarve costuma ser a maior do país. A percentagem da população no limiar da pobreza supera os 20%. A taxa de pobreza das crianças e dos jovens aumentou entre 2009 e 2013, passando de 22,4% para 25,6% (1 em cada 4 crianças ou jovens é pobre). Os governos anteriores recuaram nas políticas sociais no preciso momento em que elas eram mais necessárias. Um estudo recente revela que 1 em cada 4 empresas algarvias estava em falência técnica em 2013, e quase metade do total apresentaram prejuízos nesse ano. Entre 2009 e 2012, no concelho de Silves, quase 20% das empresas não financeiras, extinguíram-se!

As assimetrias entre o litoral e o interior têm-se aprofundado ao longo das décadas. Nem a própria revisão do PDM pode ser invocada como desculpa para a inviabilização do investimento privado no concelho de Silves. **Neste momento, não há nenhuma proposta de investimento em concreto que se encontre travada pelo facto do PDM se encontrar em processo de revisão!** O PDM atualmente em vigor (adaptado ao PROT em 2007) anseia que muitos investidores se cheguem à frente e façam uso dos

direitos adquiridos! O problema não é o PDM local ou as políticas municipais, o problema é a economia nacional, é a recessão e o crescimento anémico, são os baixos índices de confiança dos agentes económicos, é o desemprego, é a emigração, são os baixos rendimentos das famílias e o reduzido poder de compra, são as restrições ao funcionamento do mercado interno ... o problema não se resolve somente com as exportações. **Ninguém com um mínimo de bom-senso e coerência pode responsabilizar os municípios ou o poder local que, em geral, têm remado contra a maré, acusando-os de não promover o investimento privado ou o emprego.**

(o caricato da situação ainda é maior quando os próprios municípios estão impedidos legalmente de aumentar a despesa com pessoal, ou seja, contratar os recursos humanos de que necessitam, como é o caso, por exemplo, de Silves!)

- Aumento e Melhoria da Rede de Água, Saneamento e Eletricidade

A ambição da autarquia neste item mantém-se alta devido ao estado lastimável em que se encontram as redes de águas e saneamento, importando resolver prioritariamente alguns pontos críticos dos sistemas onde as roturas e perdas de água são uma constante.

Uma intervenção mais vasta nas redes dependerá da capacidade de investimento e do eventual recurso ao programa comunitário (PO SEUR), cujo regulamento de acesso abarca um conjunto alargado de exigências e condicionalismos, difíceis de transpor no curto prazo por parte dos municípios (cadastros, tarifários ...).

Não obstante, o Município de Silves, submeteu em 2016, uma importante candidatura ao PO SEUR para o “Abastecimento de Água ao Benaciate e Lavajo” no valor aproximado de 1 milhão de euros.

Torna-se prioritária para a intervenção qualificada nas redes de água e saneamento, e o acesso ao PO SEUR, a “elaboração e atualização do cadastro do sistema de abastecimento de água e saneamento”, que sujeitaremos a candidatura comunitária.

O orçamento e as GOP preveem, designadamente, a execução das seguintes empreitadas: sistema de abastecimento de água de S. B. de Messines (nova adutora,

novos reservatórios ...), travessia rodoviária do Rio Arade (águas e esgotos), remodelação da Rua do Alentejo/Rua Manuel de Arriaga em Armação de Pêra, e ampliação da rede de abastecimento de água ao Odelouca.

Prosseguiremos com a substituição de troços de abastecimento de água em fibrocimento, a extensão da rede em vários locais do concelho e a construção de troços da rede com importância estratégica, relacionados com o sistema de abastecimento de água a Armação de Pêra.

Encontra-se em fase de elaboração pela Universidade do Algarve, o estudo e projeto técnico para a remodelação da rede de esgotos da Vila do Algoz, tendo sido, previamente elaborado, um Levantamento Topográfico específico. Decorrem também os trabalhos de elaboração do Plano Geral de Drenagem Pluvial e Projeto de Execução da Vila de Armação de Pêra por parte de técnicos altamente conceituados.

- Reforço da Limpeza e Higiene Pública

Este item tem sido uma das primeiras prioridades do executivo permanente, devido ao estado precário em que o sistema de recolha de RSU funcionava. Várias medidas têm sido tomadas, e que prosseguirão, a ver: manutenção em estado operacional permanente do conjunto das viaturas pesadas usadas no dia-a-dia; a renovação gradual da frota foi realizada através da aquisição de 3 viaturas pesadas de recolha dos RSU; daremos continuidade a várias operações de lavagem e desinfeção dos equipamentos ao longo do ano, medida que foi retomada por este executivo; e prosseguiremos com novas campanhas de sensibilização pedagógica junto dos munícipes, apelando a maior civismo e ao respeito pela salvaguarda do ambiente e da higiene pública. Promoveremos a instalação de ilhas ecológicas e a sua recolha regular.

Adquire uma especial importância o cumprimento do Plano de Ação - PERSU 2020 já elaborado e aprovado, que estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e específicas por sistema de gestão de resíduos urbanos, as medidas a implementar no quadro de resíduos urbanos no período 2014-2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução.

- Requalificação dos Equipamentos e Serviços Públicos

Destacamos, designadamente, o seguinte: lançamento de projeto e candidatura para a instalação de coletores térmicos e energia de biomassa nas Piscinas Municipais de Silves, a partir do Relatório de Auditoria Técnica já realizado, construção do Polidesportivo de Tunes (2.^a fase do projeto), aquisição de equipamentos de transporte, requalificação do parque urbano nascente de Armação de Pêra – 1.^a fase (obra); início da construção da sede da JF de Armação de Pêra, arranjos exteriores da entrada do bairro da Caixa d'Água, reabilitação urbana do centro histórico de Silves – 3.^a fase (início da obra), projeto de requalificação dos espaços exteriores da Encosta do Castelo, projeto do centro interpretativo do lince ibérico, construção do espaço multiusos de S. Marcos da Serra, criação de área de serviço de autocaravanas em S. Marcos da Serra, construção do muro de vedação do Estádio Municipal de A. de Pêra, construção de parque de manutenção no Enxerim e Skate Park em Armação de Pêra, construção de jardim na Quinta dos Arcos (A. de Pêra), prosseguimento da revisão do PDM, etc;

- Melhoria da Rede Viária

Realçamos, designadamente, o seguinte: finalização da empreitada de reabilitação do parque de estacionamento das piscinas municipais, reabilitação dos arruamentos na urbanização SILGARMAR – 1.^a e 2.^a fases, beneficiação do acesso ponte a S. B. de Messines (início da obra), reabilitação da estrada Algoz/Guia, pavimentação do troço entre a JF e o JI do Algoz (início da obra), reabilitação da estrada Boião/Azilheira (1.^a fase), pavimentação do caminho dos Medeiros, repavimentação da Av. António Sérgio (Silves), repavimentação do caminho da Benagaia/Vale Margem (Pêra), repavimentação de ruas em Pêra e Alcantarilha, execução de parque de estacionamento no antigo fumeiro (Silves), elaboração do projeto da rua atrás dos muros (Silves). Repavimentação da rua das Telecomunicações (Messines), etc.

As necessidades do concelho, em termos de arruamentos, caminhos e estradas mantêm-se num nível elevado. São uma necessidade básica longe de estar satisfeita, 40 anos após a Revolução de Abril. A necessidade de ir mais longe neste objetivo, esbarra na capacidade de investimento da autarquia.

O Portugal 2020 não contempla fundos para a rede viária. Lamentavelmente, o Município de Silves não aproveitou qualquer euro do anterior quadro comunitário de apoio (2007-2013), exceção feita à repavimentação da estrada Vale Fuzeiros/Calçada, cuja candidatura em regime de *overbooking*, foi apresentada e aprovada em 2015, já com o atual executivo permanente.

- Salvaguarda do Património Cultural

Relevamos neste objetivo a elaboração do projeto técnico da conservação e restauro dos setores norte e poente das muralhas de Silves (concurso lançado em 2015). O projeto técnico da Ponte Medieval de Silves já foi entregue. Envidaremos esforços para que as duas obras obtenham financiamento comunitário.

Prosseguiremos com os esforços necessários à aquisição do espólio móvel do Museu da Cortiça, através do exercício do direito de preferência legal pela via judicial (processo judicial instaurado em 2016), à classificação do referido espólio com o grau de interesse público e à reabertura e funcionamento do Museu da Cortiça.

O património religioso contará com o apoio técnico e financeiro do Município de Silves.

Consideramos importante ainda a monitorização constante dos monumentos históricos, propriedade ou sob responsabilidade da autarquia, a finalização da Carta do Património e a conclusão da elaboração do Plano Estratégico para a Valorização do Património Cultural do Concelho.

Uma política articulada entre património, cultura e turismo, valorizando aquilo de que dispomos e nos distingue dos outros, é um dos fatores de desenvolvimento do concelho.

- Contributo para a Melhoria da Educação

Prosseguiremos a política de intervenção permanente nas escolas do concelho com o objetivo da melhoria das infraestruturas físicas, manutenção e renovação de

equipamentos, fornecimento de materiais, cedência de autocarros e prestação de diverso apoio logístico.

Desenvolveremos processo de aquisição de novo autocarro para transporte de crianças (55 lugares), face ao limite de idade dos existentes.

Prosseguiremos com a atribuição de Bolsas de Estudo aos estudantes do ensino superior e a participação nos passes escolares dos alunos dos cursos CEF, Vocacionais e Profissionais até aos 50% (a Lei a isso não obrigava), medidas que vêm auxiliar as famílias num momento difícil.

Os auxílios económicos, as cantinas escolares e os pólos de educação e formação ao longo da vida são medidas importantes da política educativa do município. Incluem-se neste setor iniciativas diversas como o Programa da Bandeira Azul, o Programa de Férias Super Fixe, o Programa Alimentação Saudável nas Escolas, a intervenção do setor de Psicologia na avaliação psicológica/psicopedagógica, orientação educativa, orientação escolar e profissional, e formação, o programa Cãopetências Prá Vida, o programa Juntos Vamos Cãoseguir, etc.

Acresce ainda um vasto rol de eventos e iniciativas muito diversificadas que o setor da Educação tem programado para 2016.

- Reforço na Intervenção Social

Prosseguiremos com a Beneficiação do Parque Habitacional Municipal/Arranjos Interiores (parte da verba está inscrita nas despesas correntes). Inclui-se nesta área a intervenção da CPCJ. Prosseguiremos ainda com o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, medida que terá novo impulso com o novo regulamento de atribuição de apoios sociais (elaborado), cuja implementação depende da entrada em vigor do novo Regulamento de Taxas e Licenças (quase pronto). Salientamos também pela sua importância e novidade a **criação de hortas comunitárias** na freguesia de Silves (regulamento aprovado).

O regulamento de apoios sociais é um instrumento estruturante que permitirá a atribuição de um conjunto alargado de comparticipações em domínios como rendas de habitação, obras de conservação, beneficiação e/ou reabilitação de habitação, tarifário da água e saneamento, saúde, cidadãos com deficiência (saúde, medicamentos, educação, transporte, etc.

Destacamos o **projeto de intervenção social e apoio ao aluno e à família**, que em articulação com os serviços e instituições da comunidade, dará resposta às problemáticas sociais de alunos e famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. Permite atuar ao nível da intervenção social, da mediação de conflitos, da educação parental e das sessões de sensibilização/informação.

Destacamos a comparticipação dos passes dos jovens deficientes para se deslocarem a centros socio-ocupacionais, medida que já se concretizou em 2015.

A intervenção social completa-se com o apoio a desempregados (GIP), aos imigrantes, a realização de diversos programas, projetos e formação, visitas domiciliárias, trabalho de parceria em resposta a situações sociais, apoio a munícipes, por exemplo, ao nível dos pedidos de isenção das taxas moderadoras, acompanhamento de processos de pedidos de habitação, etc.

A intervenção social estende-se também à saúde através, por exemplo, da Unidade Móvel de Saúde, e aos transportes de apoio à comunidade.

Consideramos que em tempo de crise e de apoios sociais minguados, cabe à autarquia contrariar este rumo, no âmbito dos meios e capacidades próprias, mas sem criar a ilusão junto da população de que os problemas sociais criados centralmente se podem resolver localmente.

Não é demais recordar que as **funções sociais do Estado**, que inclui a saúde, a educação e a segurança social (proteção dos cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade, desemprego, etc.), são competências constitucionalmente atribuídas ao governo.

- Dinamização de Atividades Desportivas e Culturais

Face ao elevado número de projetos que o Município de Silves concretiza ao longo do ano, chamamos a atenção para o que se encontra inscrito nas GOP (e nas Atividades Mais Relevantes).

Não deixamos de destacar o seguinte: a realização de mais uma edição da Feira Medieval de Silves, o evento Sunset Secrets/Quintas do Castelo, o Lado B, Cá se Faz (novo), a publicação da Banda Desenhada que retrata a história do concelho e a Exposição do Lince Ibérico na Cisterna do Castelo de Silves.

Destacamos, ainda, o vasto programa apresentado pelos setores dos Museus, Juventude, Castelo de Silves, Biblioteca Municipal e Teatro Mascarenhas Gregório.

Reiteramos o propósito do executivo permanente de promover a descentralização, levando as iniciativas culturais e desportivas às várias freguesias do concelho.

Sublinhamos a importância da criação da Agenda de Eventos (em 2015), que aglutina a oferta cultural, turística, desportiva, educativa e social do concelho.

- Defesa e Apoio ao Movimento Associativo

Os valores propostos para o PAIS (ação social), PAIAC (cultura) e PAMAD (desporto), no seu conjunto, apresentam valores superiores, comparativamente ao orçamento inicial anterior.

O apoio ao movimento associativo não se esgota na atribuição dos subsídios no quadro dos respetivos programas. Há a acrescentar o chamado apoio logístico e transporte que em muitos casos é mais significativo que o apoio financeiro.

A nosso ver, o movimento associativo presta um serviço público indispensável à qualidade de vida das comunidades locais. Independentemente da insuficiência de recursos financeiros por parte da autarquia, e dos tempos de crise e contenção que

atravessamos, o Município de Silves insiste na linha de reforço dos apoios prestados ao movimento associativo.

- Proteção Civil e Segurança

Destacamos neste objetivo o seguinte: a elaboração de medidas de autoproteção (edifícios municipais), a candidatura submetida através da ANPC (Faro) para obras de remodelação no ex-Quartel dos BV de S. Marcos da Serra e aquisição de equipamento pesado e a candidatura submetida para a rede de faixas de gestão de combustível primária de Silves (PDR 2020) – esta última, com parecer favorável.

Nas transferências diretas para os BV do concelho prevê-se um novo aumento de verbas (20 mil euros), que acresce ao reforço dos 2 anos anteriores (70 mil euros).

Recordamos que além das transferências diretas há que acrescentar as despesas com água, eletricidade, seguros de pessoas e viaturas, despesas com equipas de intervenção permanente e equipas especiais, para além da comparticipação na aquisição de viaturas e em obras.

Sublinhamos que a principal causa do desequilíbrio financeiro que afeta a generalidade das associações, teve a sua origem na mudança do modelo de transporte de doentes não urgentes, imposto pelo governo, que provocou redução drástica de proveitos.

O Município de Silves acompanha a posição oficial da ANMP ao defender que a segurança – de pessoas, património e ambiente – é uma **Função de Soberania do Estado**, pelo que as atividades ligadas a essa função, onde naturalmente, está a **Proteção Civil**, devem ser asseguradas pela Administração Central, garantindo, assim, o apetrechamento de estruturas dos corpos de bombeiros voluntários – dos meios financeiros, humanos, técnicos e equipamentos fundamentais à boa execução desta função.

A par do papel insubstituível das corporações de bombeiros na segurança de bens e pessoas, na prestação de socorro a sinistrados e a doentes, e no combate a incêndios,

relevamos a ação do **Gabinete de Proteção Civil Municipal** que dispõe de meios humanos, financeiros e materiais para cumprir com a sua missão diária e que a nosso ver, tem realizado trabalho de excelência.

- Reforço de Cooperação entre Administrações

Destacamos o cumprimento dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos Plurianuais celebrados com as JF/UF do concelho;

- Apoio a Organizações de Caráter Cívico e Religioso

Prosseguimos com a atribuição de apoios a entidades religiosas e afins;

- Operações Financeiras

As amortizações de capital (empréstimos de Médio/Longo prazo) rondam os 1,8 milhões de euros, enquanto os encargos financeiros se aproximam dos 37 mil euros;

- Processo Viga d'Ouro

Os pagamentos ao BCP e à CGD ascendem ao valor de 858 mil euros.

7. Clareza e transparência do Orçamento e das GOP

Os orçamentos durante o atual mandato autárquico são marcados pelo reforço da sua clareza e transparência, a ver: **(i)** a utilização de duas unidades orgânicas no orçamento (Assembleia Municipal e Câmara Municipal); **(ii)** a inexistência de rubricas indefinidas de elevado montante nas GOP ou no PPI; **(iii)** a criação de objetivos políticos nas GOP e no PPI; **(iv)** a criação de um objetivo específico para o Processo Viga d'Ouro, que espelha cabalmente os valores e o peso deste item nas GOP e no PPI, e clarifica os valores efetivos do investimento programado, permitindo distinguir o que é realmente

despesa de investimento a realizar do que é efetivamente dívida relacionada com obra já executada.

8. Linhas de Orientação Estratégica

Monitorização

As linhas de orientação estratégica enunciadas para 2014, 2015 e 2016, mantêm-se, naturalmente, para 2017, com as devidas correções que decorrem da dinâmica do trabalho e dos processos.

Os objetivos estratégicos foram definidos com base no volume e natureza dos recursos disponíveis, na capacidade de realização de receita e obtenção de meios de financiamento.

As linhas de atuação estratégica da autarquia, assentam na realidade objetiva, são exequíveis, não sobrepondo a ilusão, a retórica e a demagogia ao mundo real, e às capacidades instaladas.

A elaboração do orçamento, GOP e restantes documentos previsionais, assentes no rigor, são parte integrante da estratégia delineada.

Atendendo ao descrito anteriormente, consideramos prioritário e passível de realização durante o mandato 2014-2017, designadamente, o seguinte:

- 1) Proceder à regularização do passivo da autarquia em contencioso, designadamente as dívidas relacionadas com o Processo Viga d'Ouro, estabelecendo Acordos de Pagamento com as instituições bancárias credoras e garantindo a obtenção de Visto junto do Tribunal de Contas; da resolução deste caso complexo, dependerá o normal funcionamento da autarquia no futuro próximo;
(objetivo estratégico concretizado com êxito no 1.º ano de mandato)

- 2) Implementar a reestruturação orgânica da autarquia, incutindo-lhe maior racionalidade, eficácia e eficiência;
(alterações importantes já realizadas; contudo, a natureza do processo, obriga a aperfeiçoamentos e ajustes contínuos, sempre que se justifique)
- 3) Terminar o processo de revisão do Plano Diretor Municipal;
(em fase de implementação contínua)
- 4) Explorar as potencialidades e virtudes da engenharia orçamental, associando-a às possibilidades legais de alargar as fontes de financiamento com vista a aumentar a capacidade de investimento da autarquia;
(parte da estratégia foi concretizada durante 2015, com a contração de empréstimo para financiamento de investimento; fazemos uso da gestão orçamental e financeira na sua plenitude, explorando todas as suas facetas oferecidas pelo quadro legal em vigor)
- 5) Potenciar ao máximo o que resta do atual Quadro Comunitário de Apoio (QREN 2007-2013), acedendo a meios de financiamento em condições vantajosas, que viabilizam novos investimentos;
(implementado durante a fase inicial do 1.º e 2.º ano de mandato)

(Sublinhe-se, conseguiu-se recuperar um conjunto de candidaturas e assegurar a conclusão da execução de outras. Candidaturas recuperadas: Sistema de Apoio à Modernização Administrativa – Central Telefónica, serviços on-line, Portal Autárquico ... (49 mil euros); Rota Al-Muthamid (13 mil euros), Odyssea Sudoe 2 (100 mil euros); Execução de outras candidaturas : Recuperação e Valorização Ambiental – Vale do Olival/1.ª e 2.ª fases (142 mil euros); Beneficiação e Conservação da Torre 16 – Almedina de Silves (77 mil euros); aquisição de material e equipamento para os Bombeiros do Concelho (109 mil euros; Repavimentação da estrada de Vale Fuzeiros/Calçada (294 mil euros))

- 6) Potenciar o acesso da autarquia ao próximo Quadro Comunitário de Apoio (2014-2020), preparando para o efeito projetos em carteira, intenções de

candidatura e candidaturas, explorando também a possibilidade de entendimentos intermunicipais;

(em fase de implementação contínua e com sucesso redobrado)

- 7) Reorganizar e melhorar significativamente o sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos, e que implica: a renovação gradual da obsoleta frota de transporte (duas viaturas a adquirir em regime de leasing, e uma outra em 2015/2016, prosseguindo-se com aquisições nos anos seguintes, a constituição de stocks de substituição, o desencadeamento atempado dos procedimentos de aquisição de bens/prestação de serviços, o relançamento e intensificação das lavagens dos equipamentos, o estudo das rotas e turnos, a criação de melhores condições de trabalho, o cumprimento do PA PERSU 2020;

(processo em fase de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo; 3 viaturas pesadas de RSU adquiridas)

- 8) Dar cumprimento ao Plano de Ação - PERSU 2020 (gestão de resíduos urbanos);

(em fase de implementação)

- 9) Melhorar a qualidade da rede de abastecimento de água em baixa, identificando e corrigindo as persistentes roturas de forma definitiva, reduzindo os elevados níveis de desperdício, fraude, etc; remodelação de troços; elaboração de cartografia e projetos; substituição do software informático de gestão (algumas fontes credíveis apontam para perdas superiores a 50%, o pior registo do Algarve!);

(prosseguir com a implementação; assinalamos como altamente relevante o novo software informático das águas já implementado;)

- 10) Identificar pontos fracos nas várias áreas de funcionamento da autarquia, criando mecanismos e desenvolvendo esforços no sentido de os reduzir;

(prosseguir com a implementação)

- 11) Cumprir com as competências do município na área da Educação, setor vital para o desenvolvimento do país;

(prosseguir com a implementação; assinalamos o elevado investimento que a autarquia tem vindo a realizar nas 22 escolas do concelho, de forma contínua)

- 12) Atribuir especial cuidado às ações de prevenção de incêndios, na extensa área florestal do concelho de Silves;

(prosseguir com a implementação/sucesso registado em 2014, 2015 e 2016; assinalamos como altamente relevante e pioneiro a concretização no terreno da parceria com o Regimento de Engenharia de Tancos)

- 13) Atribuir especial cuidado às ações de prevenção na Ribeira de Alcantarilha, reforçando a articulação com as autoridades que a tutelam;

(prosseguir com a implementação/sucesso registado em 2014, 2015 e 2016)

- 14) Manter e/ou reforçar, dentro das limitações financeiras existentes, as transferências para as Juntas de Freguesia;

(implementada/objetivo cumprido)

- 15) Manter um clima de relacionamento e cooperação aberta, leal e frontal com todas as JF/UF do concelho de Silves, sem qualquer espécie de discriminação;

(implementada/objetivo cumprido)

- 16) Manter e/ou reforçar, dentro das limitações financeiras existentes, as transferências para as Corporações de Bombeiros, coletividades, associações e instituições nas áreas da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e outras;

(implementada/objetivo cumprido)

- 17) Promover e captar investimento produtivo e sustentável para o concelho de Silves, criando condições favoráveis para quem o queira fazer;

(prosseguir com a implementação)

- 18) Promover a realização de um plano estratégico para a cultura, turismo e património;

(projeto em fase de finalização)

- 19) Promover e valorizar os produtos locais (frutos secos, citrinos, cortiça, medronho, vinho), o artesanato, a gastronomia e o folclore;
(prosseguir com a implementação)
- 20) Privilegiar a economia local nos processos de aquisição de bens e serviços;
(prosseguir com a implementação)
- 21) Promover, valorizar e recuperar o património histórico-cultural;
(prosseguir com a implementação)
- 22) Promover e valorizar a imagem e comunicação da autarquia;
(novo Portal Autárquico em funcionamento/prosseguir com a implementação)
- 23) Manter o alerta relativamente a uma janela de oportunidade que se abra no que concerne ao financiamento do Projeto de Desassoreamento do Rio Arade;
(as entidades regionais conhecem oficialmente este propósito de investimento por parte do Município de Silves)
- 24) Promover investimento na área do parque habitacional municipal;
(em curso)
- 25) Assegurar a aquisição do espólio do Museu da Cortiça (por realizar), e da casa térrea onde nasceu o Poeta João de Deus (realizado);
- 26) Dinamizar o funcionamento dos equipamentos públicos pertença ou sob a Administração do Município (Castelo, Museu Municipal de Arqueologia, Teatro Mascarenhas Gregório, Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica, Casa-Museu João de Deus, Museu Etnográfico);
(em fase de implementação contínua).
- 27) Dar a resposta possível no quadro das competências próprias às solicitações de apoio social;
(em fase de implementação contínua)

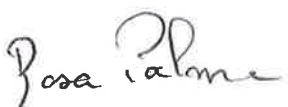
- 28) Proceder à renovação sustentada e gradual do Parque de Máquinas e Viaturas;
(prosseguir com a implementação)
- 29) Promover a modernização administrativa e técnica;
(prosseguir com a implementação)
- 30) Promover a inovação e a utilização das novas tecnologias;
(prosseguir com a implementação)
- 31) Aproximar e fomentar o relacionamento do município com os munícipes;
(prosseguir com a implementação; assinalamos a importância do processo do orçamento participativo de natureza consultiva pelo 2.º ano consecutivo)
- 32) Implementar o **Balcão Único de Atendimento**.
(em fase de implementação; Centralização do Atendimento – concluído em 2016)

Considerando as limitações do Município de Silves em matéria de capacidade e disponibilidade financeira, não nos resta outra alternativa, senão **FAZER MAIS E MELHOR COM MENOS RECURSOS**, desígnio que só se atinge com esforço, criatividade, organização e planeamento.

9. Nota Final

A elaboração do Orçamento Municipal para 2017 não foi enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental, conforme determinam os artigos 41.º e 44.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro), porque o Capítulo IV da mesma Lei (regras orçamentais) não se encontra regulamentado e porque competente informação veiculada por circular da ANMP assim o determina.

Presidente da Câmara



Rosa Cristina Gonçalves da Palma

Silves, 24 de Outubro de 2016

